

## **CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NO CURSO SERVIÇO SOCIAL DA UFMA**

## **EXTENSION CURRICULARIZATION IN THE SOCIAL WORK COURSE AT UFMA**

Selma Maria de Oliveira Brandão<sup>1</sup>

Zaira Sabry Azar<sup>2</sup>

**RESUMO:** Estudo sobre as contribuições da pesquisa e extensão na formação acadêmico–profissional no Curso de Serviço Social da UFMA. Aborda-se as finalidades e os desafios da Universidade pública na sociedade brasileira contemporânea frente os ataques da política neoliberal. Configura-se de maneira sintética, os principais momentos da renovação do projeto de formação profissional no Curso de Serviço social da UFMA iniciada no final décadas de 1970 e a influência da extensão neste processo, com ênfase na revisão curricular. Destaca-se de maneira indicativa os desafios da curricularização da extensão no referido Curso, na atual conjuntura.

**PALAVRAS-CHAVE:** Serviço Social. Formação Profissional. Pesquisa e Extensão. Curricularização da Extensão.

**ABSTRACT:** Study on the contributions of research and extension in academic-professional training in the Social Work Course at UFMA. The purposes and challenges of the public university in contemporary Brazilian society are addressed in the face of neoliberal policy attacks. It configures in a synthetic way, the main moments of the renewal of the professional formation project in the Course of Social Service of the UFMA initiated in the end decades of 1970 and the influence of the extension in this process, with emphasis in the curricular revision. It is indicatively highlighted the challenges of curricularization of the extension in the mentioned Course, in the current conjuncture.

**KEYWORDS:** Social Work. Professional Formation. Research and Extension. Extension curricularization.

---

<sup>1</sup> Doutora em Políticas Públicas pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP) pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Docente do Departamento de Serviço Social (UFMA). Membro do Núcleo Docente Estruturante (NDE). E-mail. [selma.maria@ufma.br](mailto:selma.maria@ufma.br). <https://orcid.org/000-0001-5863-176X>

<sup>2</sup> Doutora em Políticas Públicas pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP) pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Docente do Departamento de Serviço Social (UFMA). Membro do Núcleo Docente Estruturante (NDE). E-mail. [zaira.sabry@ufma.br](mailto:zaira.sabry@ufma.br). <https://orcid.org/0000-0003-0118-9530>

## **INTRODUÇÃO**

Este trabalho tem como objetivo analisar as contribuições da pesquisa e extensão para o processo de formação acadêmico-profissional no Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e sua influência no Projeto Político Pedagógico, com ênfase particular nas propostas de currículos implementadas desde o final dos anos 1970.

Na presente análise, em conformidade com Cardoso (1998), compreende-se a formação profissional da/o assistente social como um amplo processo determinado socialmente, de um lado pelas relações mais gerais de uma dada formação social e, de outro, pela Universidade enquanto instituição diretamente responsável pela formação básica da/o profissional. Assim definida, a formação profissional é um projeto complexo que inclui na sua estrutura, além do ensino acadêmico, da graduação e pós-graduação, a capacitação de profissionais docentes e não docentes, a prática profissional e organizativa e a pesquisa como importante instrumento na definição e redefinição desse projeto.

Historicamente, no processo de formação acadêmico-profissional do Curso de Serviço Social da UFMA a preocupação em articular ensino, pesquisa e extensão foi uma constante, no entanto sofrerá profundas transformações a partir do final dos anos 1970, com uma inversão no modelo de ensino que vinha sendo adotado entre o final das décadas de 1960 e 1970, cuja perspectiva doutrinária e religiosa será paulatinamente substituída por uma formação mais técnica e racional, onde a extensão e a pesquisa social adquirem destaque no desenvolvimento do ensino profissional.

Esta foi uma conjuntura bastante propícia a mudanças no Serviço Social brasileiro, com repercussões significativas no processo de formação acadêmica, impulsionada pela renovação do projeto de formação profissional. As marcas deste novo projeto de profissão incidirão com toda força, inicialmente através da proposta de revisão do currículo mínimo do Curso, que entrará em vigor no ano de 1982. Sua elaboração esteve sob a responsabilidade da então Associação Brasileira de Ensino

de Serviço Social – ABESS, sendo referendado na XXI Convenção Nacional da entidade em 1979, após um longo processo de mobilização, discussões e reflexões, envolvendo todas as Escolas de Serviço Social existentes no país nos anos 1970. Entretanto, um marco importante neste processo aconteceu na XX Convenção da ABESS, realizada em Belo Horizonte, no ano de 1977, quando se destacou o currículo mínimo como garantia para assegurar a necessária unidade da formação profissional em Serviço Social no país.

O Curso de Serviço Social do Maranhão esteve envolvido nesse movimento de revisão curricular desde o início, inclusive com a participação de professoras no núcleo dirigente da ABESS<sup>3</sup>. E, no contexto de mudança dos rumos da profissão, ganhou força no Curso a tendência que buscava vincular-se à luta em defesa dos interesses das classes subalternas no estado. Nesse sentido, ressalta-se que a extensão e a pesquisa, organicamente articuladas ao ensino, são instrumentos importantes para o avanço desta proposta e, naquele contexto, já possuíam centralidade no processo de formação profissional neste Curso, enquanto orientador do conhecimento e da intervenção crítica sobre a realidade concreta.

Assim, o trabalho encontra-se organizado em dois momentos principais. No primeiro, destaca-se a finalidade da Universidade pública enquanto espaço privilegiado de produção do conhecimento com base na articulação ensino, pesquisa e extensão e os desafios quanto aos objetivos e alcances dessa produção na sociedade brasileira contemporânea sob os ditames neoliberais. No segundo, enfatiza-se a relevância da extensão universitária para o Serviço Social e suas contribuições no processo de renovação do projeto de formação profissional no Curso de Serviço Social da UFMA, com ênfase na revisão curricular. Por fim, se faz

---

<sup>3</sup> Nesse período foram eleitas Vice-Presidente da Região Norte da ABESS: as professoras Iracema Ribeiro (1975), Franci Gomes Cardoso (1977), Josefa Batista Lopes (1979), Marina Maciel Abreu (1981). Em 1981, a ABEPSS elegeu uma Diretoria Executiva formada pelas professoras do Maranhão, composta por Josefa Batista Lopes (presidente); Alba Pinho de Carvalho (secretária); Franci Gomes Cardoso (tesoureira). Coube a esta diretoria acompanhar o processo de aprovação do Currículo no Conselho Federal de Ensino - CFE e desencadear o processo de sua implantação nas unidades de ensino de Serviço Social em todo o território nacional, no qual se destaca a pesquisa nacional sobre o processo de formação profissional coordenada pela então secretária da entidade. (CARVALHO et al, 1984)

indicações sobre o movimento de curricularização da extensão, apontando dificuldades e desafios para a revisão do projeto político pedagógico.

## **EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: INDICAÇÕES HISTÓRICAS NA UFMA**

Segundo Faria (2005), ao longo do tempo, permeiam nas Universidades um grande paradoxo, qual seja, o de, em sendo plurais em sua prática acadêmica, servir ao mesmo tempo tanto à lógica do capital quanto à organização do trabalho, em seu sentido libertário. Este paradoxo está presente em todas as atividades universitárias nas áreas de ensino, pesquisa e extensão.

A Universidade é uma das mais antigas instituições constitutivas da sociedade humana, sendo por ela historicamente determinada. Segundo alguns historiadores, sua origem data do final do século XII, muito embora, somente a partir do século XIV, o termo *universitas* tenha sido reconhecido socialmente. Em sua origem, portanto, tem como prerrogativa básica a produção do saber como um fim em si mesmo, a partir da formação de uma elite aristocrática. Ao longo do tempo, no entanto, a universidade vem sofrendo alterações à medida que a própria sociedade também se modifica.

A consolidação do modo de produção capitalista, com o advento da Revolução Industrial, por exemplo, criou a necessidade de maiores especializações e técnicas que se adequassem às alterações ocorridas na divisão social do trabalho, para melhor responder aos processos de desenvolvimento econômico e social imposto por este novo modelo de organização societária.

Na contemporaneidade, a função de produzir, organizar, sistematizar, disseminar e transmitir conhecimentos através de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, é o que diferencia a Universidade das demais instituições presentes na sociedade. Para realizar tal função, é imprescindível que ela tenha como princípios a democracia, o pluralismo e a autonomia, além de possuir todas as condições necessárias para o exercício das atividades de ensino, pesquisa e extensão (FARIA, 2005).

No contexto do ideário neoliberal o Estado brasileiro a descaracteriza em seus mais caros princípios, como o da autonomia e o da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Sabe-se que, para cumprir com o seu compromisso diante da sociedade de produzir, sistematizar e transmitir conhecimento de maneira crítica e democrática, a Universidade não pode prescindir da sua autonomia, princípio básico através do qual poderá contribuir com os processos de desenvolvimento e emancipação humana, através da efetiva participação nas lutas dos mais diferentes segmentos das classes subalternas que atuam na sociedade.

Torna-se necessária uma reflexão sobre a importância da extensão de cunho social no âmbito da Universidade pública, considerando sua desvalorização e descaracterização nas propostas acima mencionadas. Segundo Bourguignon (2008) concebidas como mecanismo de comunicação e articulação da Universidade com as demandas concretas da sociedade a pesquisa e extensão alimentam o processo ensino-aprendizagem e dá vida à academia.

A Universidade Federal do Maranhão (UFMA), com sua natureza pública, apresenta, em sua trajetória, a extensão articulada à pesquisa, servindo de campo de estágio para alunos de seus mais diferentes cursos, e contribuindo de forma consistentes com a formação de diversos profissionais inseridos nos múltiplos espaços ocupacionais em São Luís. As décadas de 1970 e 1980 constituem um marco de ricas e importantes atividades nesta área, caracterizadas pelo efetivo envolvimento da Universidade com muitas lutas sociais, na tentativa de responder a reais demandas colocadas por segmentos das classes subalternas, em que pese, em muitos casos, o caráter assistencialista e amenizador dos conflitos presentes em muitas daquelas propostas.

São exemplos, dentre outros, projetos como o LABOHIDRO e Ações no sentido de melhoramento genético de frutas e hortaliças, desenvolvidos pelo Departamento de Biologia; Controle da Malária, do Departamento de Patologia; Ações Integradas para Melhoria do Ensino de 1º Grau – Projeto AME; sob a responsabilidade direta do Departamento de Educação II, em articulação com os Departamentos de Economia, Sociologia, Biblioteconomia, Letras, Comunicação

Social, Saúde Pública e Serviço Social. Também participou dos projetos Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária - CRUTAC - MA, e o Centro de Atuação Universitária em Desenvolvimento de Comunidade - CAUDEC, este último sob sua coordenação, assim como o Projeto Boqueirão e o Trabalho junto ao Pescador Artesanal na Ilha de São Luís (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 1984).

Estes exemplos demonstram que, ao longo de sua história, a UFMA sempre valorizou as atividades de pesquisa e extensão no contexto da formação profissional, por concebê-las como uma modalidade de ensino e não apenas como prestação de serviços assistencialistas à sociedade, servindo preferencialmente de campo de estágio para discentes.

Neste aspecto, percebe-se que esta unidade de ensino de Serviço Social, desde a década de 1970 busca romper com uma visão conservadora na profissão de que o estágio é o momento do ensino da prática. Assim sendo, continua em plena sintonia com as exigências da formação profissional em nível nacional, na atualidade, presente nas atuais Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social, implementadas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS em 1996.

Salienta-se a extensão, assim como a pesquisa, como dimensão estratégica e dinâmicas que cumprem importante papel na formação profissional e que enquanto processos contribuem na construção e reconstrução do direcionamento do projeto político pedagógico do Curso, materializado em sua matriz curricular, sobre o que será tratado a seguir.

## **O PROJETO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL E A EXTENSÃO NO SERVIÇO SOCIAL DA UFMA**

O processo de formação acadêmico-profissional da/o assistente social no Maranhão tem como marco inicial 1953, ano de fundação da Escola de Serviço Social no estado, muito embora as bases de inserção profissional nesta unidade da federação brasileira tenham ocorrido anos antes, com a Legião Brasileira de

Assistência - LBA<sup>4</sup>. A partir do final dos anos 1970 este processo sofrerá as mudanças mais importantes nesta trajetória, marcada pela redefinição dos rumos da profissão na América Latina e no Brasil.

Diferentemente da formação das primeiras escolas de Serviço Social no país, cuja responsabilidade foi assumida pela Igreja Católica através dos movimentos de Ação Católica e Ação Social, na implantação do Curso no Maranhão, a Igreja “[...] resolveu utilizar o trabalho das irmãs Missionárias de Jesus Crucificado, que assumiu a denominação de Sociedade Feminina de Instrução e Caridade, sediada em São Paulo, para a organização e administração do estabelecimento” (RODRIGUES, 1991, p.113).

Até os anos 1960, o projeto de formação profissional em vigor nesta unidade de ensino era ainda fortemente orientado por uma filosofia essencialmente cristã, com destaque para a formação religiosa e moral, objetivando a divulgação da Doutrina Social da Igreja Católica. A exemplo disso, existia a obrigatoriedade, em todas as séries, da disciplina Cultura Religiosa, o que remontava às origens do Curso no Estado.

Somente a partir de 1967, com a incorporação da Faculdade de Serviço Social à recém-criada Fundação Universidade do Maranhão é que teve início a reformulação do currículo do Curso que entra em vigor em 1970. Além de Cultura Religiosa, foram retiradas do antigo currículo, as seguintes disciplinas: Seminário de Formação; Ética Geral; Higiene e Medicina Social; Psicologia Evolutiva; Serviço Social de Grupo e Técnicas Auxiliares; Seminário de Trabalho de Conclusão de

---

<sup>4</sup> A LBA, criada em 1942, foi a primeira e a mais importante agência prestadora de assistência no país, no início do século passado. Foi criada pelo governo brasileiro logo após o engajamento do país na Segunda Guerra Mundial, com o objetivo declarado de prestar apoio ao governo e às famílias cujos “chefes” tinham se afastado em função do esforço de guerra. Assim como a LBA, outras importantes instituições nesta área como o Serviço Social do Comércio - SESC e o Serviço Social da Indústria - SESI foram criadas neste período e espalhadas pelos diferentes estados da Federação, em função do medo das classes hegemônicas da penetração de “teorias estranhas” entre a população. No Maranhão estas instituições tiveram forte presença, sendo inclusive responsáveis pela capacitação através de cursos intensivos de quadros de auxiliares sociais, tendo em vista atender à crescente demanda por profissionais da área social capacitados para intervir junto aos crescentes problemas sociais. Em 1952 a LBA fundou uma escola com este propósito, denominada de Escola de Assistência Social, agregada posteriormente à Escola Maranhense de Serviço Social, dirigida pela Igreja Católica, o que fez, por muito tempo perdurar a confusão entre o que seriam atribuições do Assistente Social e do Auxiliar Social (RODRIGUES, 1991; IAMAMOTTO, 1992; OLIVEIRA, 2004).

Curso – TCC; Programa de Bem-estar Social e Doutrina Social da Igreja. Nesse processo, percebe-se que a centralização na formação moral-religiosa é deslocada, tendo em vista uma formação profissional de cunho mais técnico e racional, o que se reflete na incorporação no currículo de disciplinas como: Planejamento Social; Técnica em Comunicação Humana; Antropologia; Sociologia do Desenvolvimento; Estudos de Problemas Brasileiros; Psicologia Geral e Estágio Supervisionado (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 1971).

O referido currículo, portanto, foi implantado como parte das exigências da reforma do ensino superior público brasileiro, adotado pelos militares no poder em 1968, que, entre outras medidas, criou na Universidade o Ciclo Básico que correspondia ao primeiro ano de formação acadêmica e o Ciclo Profissional que se desenvolveria em três anos. Estas medidas foram então, incorporadas pelo Curso, na referida revisão curricular que, no bojo, da implantação da reforma universitária ainda sofreu uma reestruturação, a partir da qual a Faculdade foi dividida em dois Departamentos Acadêmicos: o de Teoria e Fundamentação do Serviço Social e o de Metodologia e Aplicação do Serviço Social (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 1971).

Entretanto, um conjunto de fatores em escala local determinou o aprofundamento das críticas e a necessária alteração no processo de formação profissional no Curso, o que repercutiu em mais um importante momento do seu permanente processo de revisão curricular, pautada no currículo mínimo da ABESS, que culminou com a proposta de 1982, tais como: a efetiva participação das professoras do DESES nos debates nacionais promovidos pela referida entidade, o retorno de algumas docentes da pós-graduação nos estados do centro-sul do país<sup>5</sup> e a rearticulação do movimento estudantil no Curso.

É neste contexto que ganha destaque o projeto de extensão, realizado pelo DESES, com a assessoria da Pró-reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis - PREXAE, junto aos pescadores artesanais em uma comunidade pesqueira

---

<sup>5</sup> Importante destacar que naquele período, universidades desta região brasileira concentravam o ensino de pós-graduação nas Ciências Sociais, para ali se deslocando grande contingente de docentes das outras regiões para cursos de mestrado e doutorado.



denominada Boqueirão, a partir de 1977. Sobre isto, destaca Silva (1984, p.101):

Ressalta-se ainda que em 1978 foram oferecidos significativos subsídios ao processo de revisão curricular por uma experiência de extensão do Departamento de Serviço Social, então assessorado pela Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis. Tratava-se de uma experiência de educação popular junto a uma comunidade pesqueira da Ilha de São Luís. Convém notar que, nessa época, havia todo um esforço de sistematizar as atividades de extensão da universidade na perspectiva de retroalimentar as atividades de ensino e pesquisa. Através da experiência citada, permitiu-se identificar lacunas na formação profissional dos estudantes em termos de conhecimentos básicos sobretudo nas áreas da economia, do direito, pesquisa, política social, antropologia cultural, filosofia, comunicação social e psicologia social, o que exigia estudos exaustivos complementares por parte dos estudantes, com orientação dos professores.

Em decorrência dessas determinações, os traços constitutivos da formulação e do acompanhamento da implantação da nova proposta de currículo que entrou em vigor em 1982 foram inovadores e resultaram num salto de qualidade no processo de formação profissional, rumo à superação de uma visão meramente curricularista presente nos anteriores projetos políticos pedagógicos do Curso.

Partindo-se do pressuposto de que a atividade de extensão tem na Universidade a função retro alimentadora do ensino e da pesquisa, o projeto de extensão desenvolvido junto aos pescadores artesanais na comunidade Boqueirão, São Luís/MA, colocou demandas por novos conhecimentos não contemplados na grade curricular e nas pesquisas desenvolvidas no Curso de Serviço Social da UFMA, naquele momento.

A partir destas evidências uma proposta de trabalho foi elaborada com o objetivo de subsidiar a revisão curricular no Curso à luz da referida experiência que resultou na incorporação não só de novos conteúdos nas disciplinas já existentes, mas, posteriormente, na incorporação de outras disciplinas na grade curricular, como foi o caso da disciplina Educação Popular e Serviço Social, implantada no currículo, a partir de 1982, e que se mantém, desde então, como disciplina obrigatória na matriz curricular do Curso.

A extensão, enquanto uma particularidade formativa reiterada na matriz curricular, tem sido desenhada, construída, desenvolvida nesta unidade acadêmica com sua dinâmica própria, sendo considerado o contexto social e político em que se insere a universidade e a profissão. Nesta perspectiva, não constitui uma linearidade ou um construto contínuo, sofrendo influências e impactos das relações que permeiam seu processo, muitas vezes sendo arrefecida e muitas outras impulsionada.

## **A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NO SERVIÇO DA UFMA: PERSPECTIVAS E DESAFIOS**

Como já dito, a extensão retroalimenta o ensino e a pesquisa, e entendendo estas três dimensões como uma totalidade, os projetos políticos pedagógicos do Curso Serviço Social na UFMA, historicamente, perpassam esta articulação, no processo dinâmico do repensar a profissão, cujo principal marco é o Movimento de Reconceituação.

Também já foi pontuada a responsabilidade da universidade pública de atender demandas populares, constituindo a extensão uma estratégia, para o que há muito vem sendo legislada por órgãos e instituições competentes em escalas nacional e estaduais, tendo sido instituída a Política Nacional de Extensão, pactuada pelas Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES), que conceitua extensão como “... processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e Sociedade” (FORPROEX, 2007 , p.17).

Em termos de exigência legal mais atual, a Resolução nº 07, editada pelo Ministério da Educação, em 2018, estabelece as diretrizes para a extensão na educação superior, a partir de fundamentos, princípios e procedimentos, do que se destaca que no mínimo 10% da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação seja composta por atividades de extensão, conforme seu artigo quarto, com prazo para o início de implantação seria 2021 (MEC, 2018, p. 02).

O fenômeno da pandemia do Novo Coronavírus, cujos impactos perpassaram

todas as dimensões da sociedade, com particularidades na vida acadêmica, resultaram em alterações em dinâmicas, processos e calendários. A UFMA, somente em 2022, editou a Resolução nº 2503 – CONSEPE, regulamentando a inserção da extensão nos currículos dos Cursos de Graduação, designando como competência dos Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs) e colegiados a coordenação do processo de implementação da curricularização da extensão (UFMA, 2022, p. 02).

Apesar da obrigatoriedade institucional, o Curso Serviço Social identifica tal exigência como uma grande conquista, pois constitui resposta a um anseio ou necessidade pedagógica de uma prática crítica que conflui com os princípios que defende, de uma universidade socialmente referenciada e comprometida com a superação da questão social. Neste sentido, concebe a extensão na perspectiva apontada pela ABEPSS, que considera ser necessário para se pensar a relação Serviço Social e extensão,

... explicitar os fundamentos do projeto ético-político do Serviço Social, localizando seus avanços para posteriormente cotejar os princípios referenciados no projeto profissional com a concepção de extensão popular, comunicativa e orientada para os processos de emancipação humana (ABEPSS, 2021, p. 14)

Em resposta a demandas das classes subalternizadas, muitas foram as experiências através da pesquisa ação articuladas no Curso Serviço Social da UFMA, com atividades de extensão que permeiam tanto a questão urbana, quanto a questão agrária. Destaca-se nesse processo a abrangência geográfica, com atuação em vários municípios e regiões do estado. Como participantes, uma diversidade de sujeitos, como pescadores, famílias palafitadas, crianças e adolescentes, mulheres, militantes de movimentos sociais, numa busca de enfrentamento às expressões da questão social provocadas pela pesca industrial, projetos econômicos, construção de portos, concentração fundiária, entre outras.

Explicitamente, desde o Projeto Pedagógico do Curso, iniciado em 1982, que orienta a graduação em Serviço Social na UFMA, reafirma a extensão como parte indissociável do ensino e pesquisa, como estratégia político pedagógica orientada

no contexto do Movimento de Reconceituação nos anos 1970.

Atualmente, o Curso, através do seu Núcleo Docente Estruturante (NDE) realiza a revisão do projeto político pedagógico implementado em 2016, para o que o NDE tem como responsabilidade a curricularização da extensão. Como estratégia, o Curso tem feito dois importantes movimentos, um no âmbito da instituição, no sentido de conhecer os processos desencadeados pela UFMA e isso em duas direções: um, de forma mais geral, com a participação nos fóruns de graduação e de extensão; outro, no sentido de conhecer os processos dos outros cursos do Centro de Ciências Sociais. Externamente, o movimento dá-se junto à categoria profissional, com o acompanhamento articulado ao debate empreendido pela ABEPSS, seja participando diretamente de atividades organizadas junto às UFAs, seja participando das gestões, ou acompanhando às mesas - *lives* realizadas por esta entidade através da Coordenação Nacional de Graduação.

Os movimentos feitos propiciaram a apropriação articulada do debate acerca da extensão, o que tem possibilitado reflexões pelo corpo docente, coordenado pelo NDE do Curso, no sentido de implementação da curricularização. Elemento importante, entendida ainda como estratégia, é que atualmente todos as docentes do Departamento compõem grupos de pesquisa que potencializam a consolidação de uma política ou princípio pedagógico articulando extensão, destacadamente na revisão em pauta.

Neste sentido, atualmente o Curso possui cinco grupos de pesquisa, alguns com projetos recentes de extensão em diversas áreas, como educação, gênero, direitos humanos, pesquisa-ação, enfrentamento à pandemia e cartografia. Porém, a curta duração que caracteriza quase todos os projetos, indica dificuldades para a consolidação da extensão na universidade pública.

A apreensão do debate pelo corpo docente e a concepção de extensão popular, fundamentada no Projeto Ético-Político do Serviço Social tem direcionado a construção de um projeto “guarda-chuva” norteador da proposta de implementação da curricularização da extensão a ser proposto pelo Curso, com centralidade na questão social, lutas sociais e políticas públicas, como eixo articulador dos

componentes a serem incorporados no referido processo.

Nesta direção, são objetivos do projeto: oportunizar a participação discente no enfrentamento das expressões da questão social no Maranhão; possibilitar a articulação entre os grupos de pesquisa tanto no âmbito do Departamento quanto do Centro de Ciências Sociais e da universidade, mas também com outras universidades, sejam locais, sejam nacionais; possibilitar ao alunado atividades de extensão junto a instituições públicas e privadas, movimentos e lutas sociais.

Ainda intenciona articular a extensão na matriz curricular do projeto político pedagógico do Curso a partir de disciplinas, cujas ementas possibilitem maior intervenção na realidade, tais como: Educação Popular e Serviço Social, Movimentos Sociais e Serviço Social, Oficina de Processos e Instrumentos Pedagógicos do Serviço Social I e II, Seminário Temático I e II, Gênero, Relações Étnico Raciais no Brasil e o Serviço Social, dentre outras.

Porém, enquanto proposta em construção, o projeto não exclui outras possibilidades e não encerra em si, a curricularização da extensão. Para a efetivação das propostas elencadas, apesar dos esforços que vêm sendo feitos pelo Curso, e da extensão constituir exigência curricular instituída pelo MEC e reiterada pela UFMA, demarca-se alguns “nós” no Serviço Social na UFMA, como: a não existência de uma política de curricularização que indique as condições e recursos para a efetivação exigida; restrição da regulação e diretrizes ao âmbito dos cursos; os limites da interdisciplinaridade na universidade; a falta de seguro de vida obrigatório que garanta a tranquilidade necessária quanto ao traslado do corpo docente e discente para a realização das atividades extensionistas.

## **PARA (não) CONCLUIR...**

A política neoliberal em vigor no país, desde meados dos anos 1990, tem desafiado a categoria profissional a construir mecanismos de defesa e fortalecimento do projeto de formação do Serviço Social brasileiro, ao longo das

últimas décadas, como preconizado nas atuais Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996.

Para uma melhor compreensão desse processo no Curso de Serviço Social da UFMA importa destacar alguns aspectos da história da formação profissional no estado. De modo geral, tal como no Brasil, o Serviço Social emerge na sociedade maranhense, fortemente influenciado pelo pensamento conservador, de origem positivista, orientador dos princípios doutrinários da Igreja Católica. Nas duas primeiras décadas após a fundação da escola de Serviço Social no estado, a formação profissional edificada sobre a referida base teórica baseia-se no empirismo-pragmatismo. Sem maiores exigências com a elaboração teórica condizente com as demandas e necessidades específicas presentes na realidade maranhense, o Serviço Social apropria-se de conhecimentos advindos das Ciências Sociais de origem europeia e norte-americana, a partir de uma ótica fortemente idealista da sociedade e da profissão.

No contexto de mudança dos rumos da profissão ganhou força no Curso a tendência que buscava adequar os princípios teórico-metodológico e ético-político à construção e consolidação de um novo projeto profissional direcionado para a luta em defesa dos interesses das classes subalternas. Nesta perspectiva, importantes projetos de pesquisa e extensão foram realizados por professores do DESES, com a participação de docentes de outros departamentos e universidades, além de um número expressivo de discentes de graduação, contribuindo assim para a renovação do projeto de formação profissional, materializado no currículo de 1982, como demonstrado em trabalho anterior<sup>6</sup>.

Respaldado nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996) o Projeto Político Pedagógico do Curso traduz assim, o enfrentamento dessas dificuldades, como um

---

<sup>6</sup> Além da pesquisa intitulada “Trabalho junto ao pescador artesanal da ilha de São Luís”, objeto de estudo acima referenciado, outros projetos de pesquisa e extensão na área de educação popular foram realizados neste período, dos quais cito: projeto Boqueirão; História da Assistência Social no Maranhão; A política Nacional de Erradicação de Sub-moradias junto à população palafitada de São Luís: uma proposta de investigação –ação; Projeto de Extensão Vila Embratel; Questões Metodológicas do Serviço Social; O desenvolvimento Regional e o Projeto Carajás (BRANDÃO, 2007).

instrumento acadêmico de resistência frente à política de contrarreforma neoliberal da educação superior em vigor no país desde os anos 1990.

Em consonância com as referidas Diretrizes, o atual Projeto Político Pedagógico, foi estruturado de acordo com os núcleos de fundamentação, constitutivos da formação profissional: I – Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; II – Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; III – Núcleo de fundamentos do trabalho profissional.

Esta lógica curricular inovadora, “[...] favorece uma nova forma de realização das mediações – aqui aprendidas como relação teoria-prática – que deve permear todas as dimensões da formação profissional, articulando ensino, pesquisa e extensão.” (ABEPSS, 1996, p. 5).

Na atual conjuntura, vislumbram-se muitos desafios para a curricularização da extensão no Curso, considerando dificuldades e limites próprios da universidade pública, como poucos recursos financeiros, assim como a falta de uma política de extensão definida pela UFMA, além disso, não há ainda a garantia de seguro para docentes e discentes no desenvolvimento de atividades que exigem traslado. Especificamente, o Curso, frente às questões postas, ainda não encontrou condições efetivas para a cumprimento das exigências de curricularização da extensão.

Neste sentido, no processo de revisão do Projeto Político Pedagógico, a curricularização da extensão constitui importante oportunidade para o ensino e pesquisa, enquanto totalidade formativa, buscando para sua materialização, estratégias que articulem docentes e grupos de pesquisa do Curso, do Centro de Ciências Sociais e da Universidade, mas também organizações e movimentos sociais, potencializando assim, a universidade pública socialmente referenciada e comprometida com a classe trabalhadora.

## REFERÊNCIAS

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**. 1996. Disponível em [https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento\\_201603311138166377210.pdf](https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf). Acesso em 08 de janeiro de 2023.

\_\_\_\_\_. **Documento preliminar acerca da curricularização da extensão**. 2021. Disponível em [AB de janeiro de EPSS produz documento preliminar sobre a curricularização da extensão | ABEPSS](#). Acesso em 08 de janeiro de 2023.

BOURGUIGNON. Jussara Ayres. **A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social**. São Paulo: Veras Editora; Ponta Grossa, PR: Editora UEPG, 2008. – (Pesquisa;3)

CARDOSO, Franci Gomes. **Processo de trabalho e formação profissional do assistente social no Maranhão**. Projeto de pesquisa do Departamento de serviço Social/UFMA. São Luís/MA, julho/1998.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de; BONETTI, Dilsea Adeodata e IAMAMOTO, Marilda Vilela. Projeto de Investigação: a formação profissional do Assistente Social. In **Revista Serviço & Sociedade**. São Paulo: n.14, 1984. p.104-143.

FORPROEX. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Extensão Universitária: Organização e Sistematização** – COOPMED - Belo Horizonte – 2007

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. 1971. **Currículo realizado em 1970**. São Luís: UFMA/DESES, mar. 1971.

\_\_\_\_\_. **Projeto AME: Ações integradas para melhoria do ensino do primeiro grau em São José de Ribamar**. São Luis, 1984

FARIA. José Henrique de. **Universidade, produção científica e aderência social: a indissociabilidade e contra-reforma do ensino superior**. **Universidade e Sociedade**, Distrito Federal, ano XV, n.35, fev.2005. p. 13 a 33.

IAMAMOTTO Marilda. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

MEC. Ministério da Educação. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Diário Oficial da União, Brasília, 19 de dezembro de 2018





ISSN N. 2595-7341

Vol. 5, N. 03, Set-Dez, 2022

OLIVEIRA, Jucileia Almada. **A relação do Serviço Social com a Igreja Católica no Maranhão:** das origens ao período político ético religioso. Monografia (Graduação em Serviço Social) Universidade Federal do Maranhão, São Luis, 2004.

RODRIGUES, Maria de Lourdes. **A Inserção do Serviço Social na Realidade Maranhense.** Revista de Ciências Sociais da UFMA. v. 1, n. 2, São Luis, EDUFMA, 1991.

SILVA. Maria Ozanira da Silva e. **Formação profissional do Assistente social: a Inserção na realidade social e dinâmica da profissão.** São Paulo, Cortez, 1984.

SILVA, Maria Ozanira da Silva; PEREIRA, Maria Eunice Ferreira Damasceno; GUILHON, Maria Virgínia Moreira; SOUSA, Salviana de Maria Pastor Santos. O protagonismo do Maranhão no Serviço Social brasileiro. **In: Revista Serviço Social & Sociedade**, nº 95, ano XXIX, especial, 2008, São Paulo: Cortez Editora.

UFMA. Universidade Federal do Maranhão. **Resolução nº 2.503 - CONSEPE**, 1º de abril de 2022. Disponível em [www.ufma.br/portalUFMA/arquivo/8wJ8jgOzYfHA02I.pdf](http://www.ufma.br/portalUFMA/arquivo/8wJ8jgOzYfHA02I.pdf). Acesso em 20 de janeiro de 2023.